

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.861 - RJ (2019/0197834-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : **ALEXANDRE DA SILVA MARQUES**  
**ADVOGADOS** : **EDISON MENDES DE OLIVEIRA BALBINO - RJ098237**  
: **ANDRÉ LUIS OLIVEIRA DE BARROS - RJ099344**  
**AGRAVADO** : **MARIO THADEU PENNA LOPES**  
**ADVOGADO** : **RICARDO TAVARES DE MELO LIMA - RJ150677**

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 9º, 10, e 550, § 6º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXADOS COM OBSERVÂNCIA AOS LIMITES LEGAIS. REDIMENSIONAMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por ALEXANDRE DA SILVA MARQUES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que inadmitiu o seu recurso especial manejado em face do acórdão, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEVER DE PRESTAR CONTAS RECONHECIDO. PARTE RÉ QUE APRESENTOU AS CONTAS, COMO DETERMINADO NA SENTENÇA. PARTE AUTORA QUE, INTIMADA A SE MANIFESTAR SOBRE AS CONTAS, QUEDOU-SE INERTE, NÃO AS IMPUGNANDO OU, TAMPOUCO, APRESENTANDO AS CONTAS QUE ENTENDIA COMO CORRETAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.(e-STJ fl. 635)*

Em suas razões recursais, o recorrente aponta violação aos artigos 9º, 10, 85, e 550, § 6º, do Código de Processo Civil, sustentando, em síntese, que os

# *Superior Tribunal de Justiça*

honorários sucumbenciais foram fixados em patamar desproporcional à complexidade da causa. Suscita dissídio jurisprudencial.

Ausentes as contrarrazões ao recurso especial, sobreveio juízo negativo de admissibilidade do Tribunal de origem, às fls. 710/712 e-STJ, o que ensejou a interposição do presente agravo.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ.

A pretensão recursal não merece prosperar.

No que tange à alegada violação aos artigos 9º, 10, e 550, § 6º, do Código de Processo Civil, tem-se que sobre a matéria de que tratam não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, tampouco oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 282 do STF.

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. 1. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 DO STF E 211 DO STJ. 2. LEGITIMIDADE PASSIVA. CADEIA DE FORNECEDORES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incidem, por analogia, o enunciado n. 282 do STF bem como a Súmula 211 do STJ.*

*2. [...]*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1738902/AC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/09/2018, DJe 27/09/2018)**

Outrossim, o recorrente olvidou-se de demonstrar, de maneira clara e

# Superior Tribunal de Justiça

objetiva, de que forma o acórdão recorrido teria violado os dispositivo de lei federal mencionado.

Cumprе ressaltar que a mera indicação dos dispositivos de leis federais supostamente violados sem a demonstração da configuração de violação atrai, por analogia, o óbice da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.*

*1. Incide a Súmula 284/STF nos pontos em que a deficiência da fundamentação recursal inviabiliza a exata compreensão da controvérsia.*

*2. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.*

*(AgInt no AREsp 1.345.449/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, Dje 13/02/2019)*

De outro parte, o pleito de redução do valor dos honorários advocatícios fixados na origem não pode ser conhecido nesta instância, porquanto *"a revisão dos honorários advocatícios, salvo se excessivos ou ínfimos, não pode ocorrer na instância especial, pois envolve reexame de circunstâncias fáticas"* (AgInt no AREsp n. 1.009.704/SC, Relatora a Ministra Nancy Andrigli, DJe 24/03/2017).

Na hipótese, o Tribunal *a quo*, com base nas peculiaridade do caso, fixou os honorários advocatícios em 11 % (onze por cento) sobre o valor da causa, o que não se mostra excessivo a justificar reavaliação.

Por fim, observo, por oportuno, que o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/15, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio. No caso, não houve o cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas, de modo que o agravante apenas fez a transcrição das ementas.

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**especial.**

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios para 13% (treze por cento) sobre o valor da causa.

Advirto que a oposição de incidentes manifestamente descabidos dará azo à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator

